

AMBIENTE INSTITUCIONAL NA CONCEPÇÃO DO PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO DA RODOVIA RO-370

1 INTRODUÇÃO

Com o intuito de fortalecimento da base econômica, assim como o de promoção social, foram realizados alguns planos de desenvolvimento no estado de Rondônia, como o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO), o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e o Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia (PDES), os quais possuíam projetos como o “Projeto de Assentamento Rápido”, o “Projeto Práticas Sustentáveis na Produção de Cacau”, e o “Projeto Café Orgânico”, com objetivos de fortalecimento da agricultura familiar e apoio as culturas de café, cacau, entre outros (PLANAFLORO, 1989; PTDRS, 2006; PDES, 2015). Também foram desenvolvidos programas como o Programa Integrado de Desenvolvimento e Inclusão Socioeconômica do Estado de Rondônia (PIDISE), que possuía o intuito de ampliar e modernizar a infraestrutura social, econômica e administrativa do estado, por meio do aumento da capacidade de investimentos do governo estadual (PIDISE, 2011). Nesse programa foi incluído o projeto de pavimentação da rodovia RO-370, objeto de estudo desta pesquisa, cujo objetivo era o da pavimentação do trecho que liga o município de Corumbiara até à Vila do Bosco no município de Alto Alegre dos Parecis, com uma extensão de aproximadamente 140 quilômetros.

Os planos, programas e projetos no estado tiveram recursos oriundos de diferentes fontes financiadoras, tais como o Banco da Amazônia (BASA), o Banco Mundial (BIRD), o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do próprio Tesouro Estadual, com objetivo de fomentar o desenvolvimento econômico-social da região (ARAÚJO; MARQUES, 2004; RONDÔNIA, 2012;2015) . No entanto, algumas evidências indicam que estes projetos e programas não atingiram sua completude. Araújo e Marques (2004) afirmam que após as análises do PLANAFLORO, a alocação de recursos em relação as metas estabelecidas pelo plano, apresentaram baixo desempenho. Quanto ao PIDISE, aproximadamente 30% dos recursos totais foram executados, conforme relatório da Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos (COBRAPE, 2018a) e por medidas de preservação das contas públicas, embora os acordos pudessem ser renegociados, ocorreu o pedido formal de encerramento do contrato do programa, por meio do ofício nº 303/2019/SEPOG-NJDC de 29/01/2019.

Segundo o relatório da COBRAPE (2018a) a execução do PIDISE ficou comprometida em função do não cumprimento de prazos, burocracias excessivas e limitações dos recursos humanos, configurando-se em condições de fatores que dificultaram a estruturação do projeto, o que inviabilizou a execução ou mesmo a manutenção daqueles projetos que chegaram a ser iniciados, o que de certa forma, podem ter sofrido intercorrências institucionais.

Os fatores mencionados no relatório da COBRAPE (2018a) podem ser entendidos e explicadas a partir da Teoria Institucional, visto que esta possibilita realizar a análise de todo o processo de implementação do projeto, desde a sua elaboração até a sua execução. Sob essa teoria, Williamson (1993) aborda que todo o ambiente institucional, formado por leis, regras, convenções entre outros, é um produto histórico, sendo o local onde ocorrem os parâmetros de mudanças que influenciam tanto a governança, quanto indivíduos. Nee e Swedberg (2008) corroboram com Williamson, ao afirmar que o ambiente institucional, formado por regras regulatórias formais, impõem restrições por meio de mecanismos institucionais, tanto às organizações, quanto aos indivíduos, o que conseqüentemente influenciam seus próprios incentivos. Meyer e Rowan (1977) aproximam-se dos autores mencionados ao argumentarem

que as regras institucionais podem além de influenciar as estruturas organizacionais, afetar a implementação de um trabalho técnico real.

Quanto a instituições, compreende-se que elas são componentes do material da vida social, formadas por sistemas de regras sociais que estruturam suas interações, como por exemplo a linguagem, o dinheiro, a lei, dentre outros (MANTZAVINOS; NORTH; SHARIQ, 2004). Nee (2003) considera que atualmente não se pode dissociar das instituições o capital social, visto que em regiões onde existe um capital humano mais rico, em que as pessoas podem compreender e explorar melhor suas potencialidades, maior a possibilidade para que as institucionalizações sejam bem sucedidas e conseqüentemente não sofram com assimetrias de informação.

Portanto, ao considerar o capital humano essencial em uma instituição, percebe-se sua relevância na elaboração e execução de projetos, o que torna a compreensão do ambiente institucional em que os atores participantes de um projeto estão inseridos, ser fundamental.

Nos levantamentos para este estudo, observa-se que o projeto de pavimentação da rodovia RO-370 tinha como justificativa de implementação fornecer infraestrutura para o escoamento da produção agropecuária, bem como o de promoção do agronegócio nas regiões do cone sul e zona da mata no estado de Rondônia, o que beneficiaria aproximadamente 30% da população do estado, além de ser mais uma rota de ligação com a região Centro-Oeste do país, visto que a rodovia BR-364 é o único elo do estado por meio rodoviário (SEPOG, 2017).

Tal projeto foi elaborado e chegou a receber a validação de liberação de recursos do BNDES, por meio da aprovação do documento Identificação de Intervenção/Solicitação de Autorização – II/AS, no dia 17 de maio de 2018 (COBRAPE, 2018a). Entretanto, apesar do cenário favorável para a execução do projeto, ele não foi realizado. Tais circunstâncias motivaram o desenvolvimento deste estudo, cujo objetivo é de compreender, a partir da percepção dos envolvidos e baseado nas informações dos documentos obtidos, o ambiente institucional em que foi elaborado o projeto de pavimentação da rodovia RO-370.

Este artigo compõe-se desta introdução, seguido do referencial teórico, da metodologia, dos resultados e discussões, e ainda, das considerações finais, onde constam as limitações e recomendações para prosseguimento desta pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Teoria Institucional se faz presente e sólida como referencial teórico por permitir compreensões em diversos contextos sociais e em distintas épocas, com uma abordagem que contempla as vertentes política, econômica e sociológica (CARVALHO, VIEIRA, SILVA, 2012). Segundo estes autores, é possível classificar dois momentos históricos dessa teoria, a seminal com suas primeiras análises realizadas no século XIX, em que se destacavam as questões legais e de governança, enquanto a nova a partir de 1970, procurou maior compreensão das instituições como fator de relevância para o entendimento de uma realidade social. A partir dos anos 2000, a Teoria Neoinstitucional passou a se tornar mais dominante, visto as contribuições que gerou ao evidenciar um vínculo entre um campo organizacional individual e o campo do ambiente social (ALVESSON; SPICE, 2018). Chuliá (2016) cita os exemplos das contribuições de Williamson a um manual de sociologia, assim como de Nee e Swedberg sobre estudos da economia neoinstitucional, para salientar a importância da interdisciplinaridade entre a vertente econômica e a sociológica. Assim, devido a abrangência e o entendimento da complementariedade das vertentes, o presente referencial teórico foi elaborado a partir da economia institucional em conjunto a aspectos da teoria institucional sociológica, recorrendo-se a autores seminais e contemporâneos sobre tais abordagens.

Inicialmente, a vertente sociológica orientava-se por uma visão macro do universo organizacional, em que centralizava suas análises nas relações entre organização e ambiente, principalmente nas estruturas institucionais e constitucionais, bem como de sistemas legais e

políticos, somente após meados dos anos 1950 e 1960 é que ela passou a analisar com mais profundidade as organizações, visto que elas passaram a ter a imagem de uma conexão entre o mundo social e os indivíduos, tamanha a complexidade que as organizações passaram a ter a partir desses anos (CARVALHO; VIEIRA; SILVA, 2012). Ainda segundo os autores, com o aumento dessa complexidade e aprofundamento dos estudos, foram realizadas as primeiras formulações de diferenciação entre organização e instituição, em que ancorados em Selznick (1972), argumentam em que a primeira é algo projetado com a racionalidade humana com intuito de realizar uma finalidade predeterminada, enquanto a segunda é um organismo adaptável e que surge naturalmente das pressões e necessidades sociais.

Apesar do aumento da complexidade das organizações, bem como da sociedade moderna, é perceptível a ocorrência de uma similaridade entre elas. Meyer e Rowan (2013) argumentam que apesar dessas complexidades, as organizações surgem em um contexto altamente institucionalizado, assim a influência do ambiente institucional afeta a forma com que as organizações lidam com essas pressões e acabam por se adaptarem ao meio em que estão inseridas, justamente para poderem sobreviver e adquirirem legitimidade, mesmo que comprometa a eficiência de seus afazeres. Quanto a legitimidade DiMaggio e Pfeffer (1975) ancorados em Maurer (1971), afirmam que ela é o processo em que uma organização justifica o seu modo de agir e conseqüentemente de existir, como realiza seus afazeres em um sistema que está inserida, onde troca materiais, energia e informação.

DiMaggio e Powell (2005) ampliam a questão de homogeneização organizacional, para os campos organizacionais, que são compostos não apenas por redes de organizações ou empresas concorrentes, mas por todos os atores relevantes pertencentes a esse campo, desde fornecedores-chave até consumidores e outros. Os autores argumentam que essa homogeneização ocorre devido a busca da sobrevivência e legitimidade das organizações, por meio do isomorfismo, que pode ser compreendido como um processo que força um organismo em uma população a agir de maneira similar aos demais que estão sob as mesmas condições ambientais, logo, as organizações são influenciadas pelo ambiente institucional. Com o crescente intercâmbio de conhecimento entre instituições de ensino e empresas, alguns requisitos se tornaram comuns em diversas organizações, o que ocasiona em uma semelhança entre as capacidades profissionais dos trabalhadores em diversas organizações.

Portanto, nota-se que a abordagem sociológica é importante para a compreensão mais ampla dos indivíduos e do funcionamento das organizações em relação as influências do ambiente institucional, o que ajuda a fortalecer as análises da economia institucional, visto que essa prima pelo estudo da relação das instituições e os indivíduos. Em conformidade com essa perspectiva, Nee e Swedberg (2005) argumentam que os economistas podem aprimorar suas análises ao agregar os conceitos e modos de pensamento sociológicos.

A economia institucional, surge abordagem econômica surgia com o intuito de opor a antiga ortodoxia econômica, caracterizada por um cunho matemático e de pressupostos racionais muito rígidos o que acabavam por distanciar as teorias econômicas das realidades funcionais da economia (CAVALCANTE, 2014). Veblen (1964) citado por Rutherford (1984), um dos grandes pensadores dessa abordagem, argumenta que os meios de vida materiais, tecnológicos e econômicos influenciavam o modo de viver das pessoas, o que as levava a tomarem certas ações como práticas de vida que com o passar do tempo se tornavam hábitos, esses ganhavam força a ponto de se institucionalizarem. Rutherford (1984) argumenta, ainda, que estes costumes após estabelecidos são transmitidos pelas gerações vindouras – instituições – e passam a determinar o comportamento humano, e conseqüentemente, substituem os instintos como conduta principal do ser humano.

Ainda sob a perspectiva de hábitos mentais, Mitchel (1910) argumenta que as pessoas passam a receber por meio de educação informal ou formal conceitos que prevalecem de seu grupo social, os quais exercem grande influência em suas tomadas de decisões. Ainda

segundo o autor, isso faz com que ocorra um menor esforço mental e um aumento de eficiência para a realização de algumas tarefas. Commons (2003), outro pensador de destaque da economia institucional, utiliza o termo “regras de funcionamento” para indicar o princípio universal de causa, efeito ou propósito que seja convergente em toda ação coletiva. Neste sentido, se refere a instituições como essas ações coletivas que abrangem desde famílias, sindicatos e Estado, as quais possuem em comum a ação de controlar, liberar e ampliar as ações individuais, visto o princípio da escassez e os conflitos de interesses resultantes, alvos de estudo da economia institucional (COMMONS, 2003). Por outro lado, as ações individuais são consideradas transações, um tipo de relação social entre os atores, com intuito de atingir um comportamento estável apesar das diferenças de interesses e disputas (GUEDES, 2013).

A partir da autodenominação de Oliver Williamson como um novo institucionalista, juntamente com Douglass North e Ronald Coase surge a Nova Economia Institucional (CAVALCANTE, 2014). Assim, pode-se entender que a abordagem de Commons (2003) sobre a transação passa a ser uma espécie de elo de transição entre a considerada economia institucional para a nova economia institucional. Essa nova abordagem tem como conceito principal os custos de transação, ou seja, os custos de negociar, proteger e concluir transações em uma economia de mercado (NEE, 2003).

Um dos pensadores de destaque dessa teoria é Ronald Coase (1937), que embora reconhecesse os grandes avanços da teoria clássica, mais precisamente o trabalho de A Riqueza das Nações de Adam Smith, segundo Medema (1995), passa a apontar as lacunas deixadas por essa teoria, quanto a fundamentação teórica de uma economia de autofuncionamento pelos mecanismos de preços. Considerando o que afirmava Coase (1937) de que ela se equilibra conforme a oferta se ajusta à demanda, enquanto a produção ao consumo.

Ainda sobre os ensinamentos de Coase (1937), Garnica; Ibarra (2012) destacam que as transações possuem um custo, denominados por Coase (1937) como custos de transação ou de comercialização, que podem ser entendidos como os custos por utilizar os mecanismos de preços. Portanto, em um cenário em que ocorrem transações com custos, aparecem oportunidades de procurar minimizá-los, eis então a razão para o surgimento das empresas (GARNICA; IBARRA, 2012), bem como das instituições de maneira geral, as quais abrangem as próprias empresas, o mercado, as leis e o Estado (MEDEMA, 1995).

Sobre Oliver Williamson (1993), outro novo institucionalista, Garcia; Salgado (2011), consideram que este aproxima-se da definição de instituições apresentada por Coase (1937) e, apesar de não deixar explícita essa definição em seu trabalho, argumenta que são embasadas na figura do “homem contratual”, representadas pelas empresas, mercados e estruturas híbridas (relações contratuais), com objetivo de proteger os direitos de propriedade, reduzir as incertezas e diminuir os efeitos da racionalidade limitada dos seres humanos, portanto, otimizar os custos de transação (GARCIA; SALGADO, 2011).

Sob a perspectiva da organização econômica, Brousseau, Glachant (2004) ressaltam que a abordagem de Williamson (1993) destaca que os custos de transação enfatizam a governança e as relações contratuais. Ainda segundo os autores, os principais atributos da governança são, a intensidade de incentivos, os controles administrativos e as leis aplicáveis aos contratos. Quanto aos contratos, os autores ressaltam suas principais características: a possibilidade de transação; a incompletude e complexidade oriunda da limitação da racionalidade humana; os riscos, oriundos das possibilidades de oportunismo; as estruturas de governança, com intuito de mitigar os riscos; e os apoios no direito contratual (BROUSSEAU, GLACHANT, 2004).

Embora não seja comumente utilizado o fator comportamental em estudos econômicos, os custos de transação devem descrever atores econômicos realistas (WILLIAMSON, 1993). Ainda segundo o autor, a economia dos custos de transação deve

considerar que existe um limite da capacidade de assimilação humana, ou seja, não é possível adotar o pressuposto de racionalidade total dos agentes econômicos, bem como o risco para o oportunismo, visto a natureza humana em busca de seu próprio interesse. Williamson (1993) ainda chama a atenção para o fator de que cientistas de outras áreas – como a física – atentam que para uma melhor compreensão dos seres humanos, e claro dos agentes econômicos, é importante realizar estudos mais profundos do funcionamento da mente humana.

Outro autor de destaque da Nova Economia Institucional é Douglass North. Ele argumenta que no decorrer da história, os seres humanos criaram as instituições com o intuito de ordenar e reduzir as incertezas nas trocas. Elas são, portanto, uma criação humana em que dão sustentação as interações políticas, econômicas e sociais. Ainda segundo o autor, elas se caracterizam como informais – tabus, tradições e códigos de condutas, e formais – constituições e leis (NORTH, 1991).

Sua teoria institucional está embasada em três principais elementos, a dos direitos de propriedade, do Estado e da ideologia (COSTA, 2019). A teoria dos direitos de propriedade fornece incentivos econômicos em uma sociedade, bem como auxilia na organização econômica com objetivo de reduzir os custos de transação; o Estado funciona como o guardião da teoria dos direitos de propriedade; por fim, a teoria de ideologia serve para explicar como as diferentes percepções humanas influenciam a realidade vivenciada em uma sociedade (COSTA, 2019).

Por serem criações humanas, vale ressaltar que do ponto de vista externo, as instituições são rotinas compartilhadas em uma população, enquanto do ponto de vista interno ela está ancorada na mente das pessoas. Essa característica interna revela a importância do fator comportamental e do entendimento deste aspecto para a correta compreensão do surgimento, evolução e efeitos das instituições (MANTZAVINOS; NORTH; SHARIQ, 2004).

Sobre o comportamento humano, Mantzavinos, North e Shariq (2004) destacam que os indivíduos possuem dimensões de conhecimento diferentes entre si, sejam elas comercial, intelectual ou profissional. Estas especificidades individuais ocasionam dois problemas, o de coordenação do conhecimento e o do uso do conhecimento. Justamente nestas diferenças entre os indivíduos é que se faz importante o papel das instituições, pois ela é a responsável por coordenar o conhecimento dos participantes de um mercado ou de uma determinada sociedade. Importante compreender que o compartilhamento de conhecimento, está suscetível a “imperfeições”, visto que se utilizam de uma estrutura de comunicação que está atrelada aos níveis de conhecimento de determinadas sociedades, o que ocasiona diferentes custos de transação (MANTZAVINOS; NORTH; SHARIQ, 2004). Os autores destacam que esse raciocínio também está atrelado as tecnologias e ao mecanismo de feedback, pois como promotoras de conhecimento, elas serão efetivas apenas se as partes demandantes estiverem aptas ao seu recebimento. Assim, Mantzavinos, North e Shariq (2004) salientam a importância da evolução dos modelos mentais compartilhados dentro das organizações, sendo as empresas organizações econômicas, os partidos políticos organizações políticas e as universidades organizações educacionais. Portanto, conforme a evolução dessas organizações há a ocorrência do aprendizado coletivo em relação aos seus objetivos.

Os autores da teoria institucional contemporânea evitam uma postura de rompimento com as abordagens anteriores, nas palavras de Cavalcante (2014) eles buscam a interdisciplinaridade entre os estudos da economia institucional pioneira e a nova economia institucional. Para este estudo, é destacado os trabalhos de Geoffrey M. Hodgson e Ha-Joon Chang (2000, 2002, 2006 e 2011), os quais utilizam da abordagem de hábitos mentais da economia institucional, junto a uma crítica à abordagem determinística da nova economia institucional, com intuito de complementação a essa visão.

Hodgson (2002 e 2011) estrutura seu posicionamento em cima dos conceitos de Veblen (1964) a respeito dos hábitos, os quais podem ser construídos por meio de repetições mentais ou físicas, embasados em atividades anteriores, com durabilidade ao longo do tempo (HODGSON, 2002). Entretanto, ao se adquirir um hábito, o indivíduo passa a ter a escolha de adotá-lo como comportamento padrão (HODGSON, 2011). Assim, podem existir hábitos que os indivíduos não os manifestam (HODGSON, 2002).

O autor então se aproxima dos conceitos de Douglass North (1991), ao afirmar que o sucesso de transmissão, ao longo das gerações, dos hábitos e comportamentos sociais que formam a base das instituições, dependem dos níveis sociais e culturais que determinada sociedade se encontra (HODGSON, 2011). Entretanto, ele faz críticas a North devido o posicionamento rígido sobre a distinção entre instituições formais e informais. Hodgson concorda quanto as instituições serem comparadas a regras, no entanto, a ênfase dada por North na existência de regras completamente formais e completamente informais é seu ponto alto da crítica (HODGSON, 2011). Para o autor, não se pode ter uma distinção tão ríspida de ambas as regras, visto que as próprias regras formais são formadas em algum momento por regras informais. Hodgson (2011) ancora seu argumento ao citar Emile Durkheim (1894), o qual afirmava que mesmo em um contrato, nem tudo é contratual.

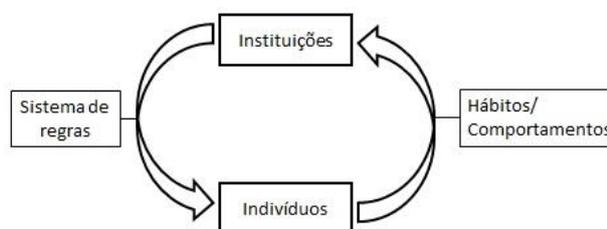
Portanto, Hodgson amplia o conceito de instituição e a define como um sistema de regras sociais que estruturam as interações sociais, sejam elas sistemas de linguagem, dinheiro, empresas e etiquetas de comportamento (HODGSON, 2011). As instituições então surgem e se estabilizam a partir de processos de convergência entre hábitos de pensamento e comportamento (HODGSON, 2002).

Assim como Hodgson (2002 e 2011), Chang (2000 e 2006) faz apontamentos em concordância parcial aos argumentos de dimensão cultural abordado pela nova economia institucional. Afirma que teóricos como Williamson (1993) tangenciaram a questão de eficiência vinculada a racionalidade limitada do ser humano, no entanto sem aprofundamento teórico e aplicação prática de sua abordagem (CHANG; EVANS, 2000). O autor ainda aponta uma fragilidade na abordagem ortodoxa a respeito das instituições serem interpretadas como restrições. O autor não nega a existência do papel de restrição das instituições, mas sim a rigidez com que ela é defendida pelos ortodoxos. Ele argumenta que ao restringir as opções das pessoas, elas tenderiam a um comportamento individual racional e egoísta para a manutenção das regras que as proporcionam vantagens, entretanto, se tal comportamento fosse verídico, existiriam quantidades exacerbadas de fugas e trapaças o que deixaria insustentável a existência das instituições (CHANG; EVANS, 2000). Assim, o autor afirma que para que seja possível a existência das instituições, é necessário que as pessoas acreditem nos valores que as fundamentam.

Portanto, para Chang e Evans (2000) o conceito institucional deve transcender o conceito de restrições individuais, para alcançar as possibilidades de cumprimento de objetivos que exigem um esforço coletivo, ou seja, constitutivo de uma visão global dos atores econômicos. Isso é possível a partir de uma visão mais culturalista, com valorização maior da participação humana nas instituições, em que se pondera as diversidades e tradições culturais de cada sociedade (CHANG, 2006).

Conforme abordado anteriormente, a figura 1, ilustra o esquema de retroalimentação da formação e manutenção das instituições, na perspectiva dos economistas institucionais contemporâneos.

Figura 1 – esquema de retroalimentação



Fonte: elaborado a partir de Hodgson (2002 e 2011), Chang e Evans (2000) e Chang (2006).

Nessa abordagem, as instituições ao mesmo tempo que moldam as atividades dos indivíduos, recebem retornos positivos para a sua manutenção (HODGSON, 2011). As capacidades de enquadramento e restrições das instituições, permitem a aparição de novos hábitos, que por sua vez passam a influenciar as instituições (HODGSON, 2002) desta maneira, sendo causa dupla entre as motivações individuais e as instituições sociais (CHANG; EVANS, 2000).

Conforme mencionado no início deste referencial teórico, a teoria institucional abrange várias vertentes que podem se complementar.

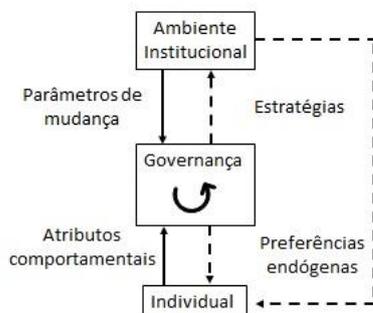
Camadas de Oliver Williamson

Em 1993 Williamson concebeu e apresentou à comunidade acadêmica um esquema que denominou de análise de três camadas, onde compreende-se a governança da relação contratual como a questão central, a qual é influenciada pelo ambiente institucional, em nível macro e pelos agentes econômicos, em nível micro (WILLIAMSON, 1993).

O autor utiliza para ilustrar e destacar os efeitos principais, setas, sendo: i) as setas sólidas como indivíduo para governança, em que carrega os embasamentos comportamentais; ii) a seta circular dentro do quadrante da governança, a qual demonstra sua independência (apesar das influências); e iii) a seta do ambiente institucional para a governança, a qual indica que são as instituições que definem as regras do jogo.

Quanto as setas tracejadas, a de retorno da governança para o ambiente institucional pode ser interpretada como uma proposição de melhorias a serem realizadas nas instituições, como exemplo uma melhor formulação de contratos. A de retorno da governança e do ambiente institucional para os indivíduos, reforçam o pressuposto de que o indivíduo é influenciado pelo ambiente, visto que as preferências endógenas são oriundas de um condicionamento social (WILLIAMSON, 1993). Esse modelo embute a ideia de oportunismo por parte dos indivíduos, que estão por trás das estruturas de governança, o que podem gerar os custos de transação, justamente o ponto onde as instituições atuam para minimizá-los (NEE, 2003). A figura 2, ilustra o modelo de três camadas de Williamson.

Figura 2 – modelo de três camadas de Williamson



Fonte: Williamson (1993, p. 80).

O esquema proposto por Williamson (1993) centraliza a governança contratual, que é influenciada diretamente pelo ambiente institucional por meio dos parâmetros de mudança, e pelos indivíduos por meio dos atributos comportamentais. A governança por sua vez realiza um feedback para o ambiente institucional por meio de estratégias, enquanto para os

indivíduos por meio de preferências. Por fim, os indivíduos são influenciados pelo ambiente institucional, reafirmando a tese de seu poder de influência.

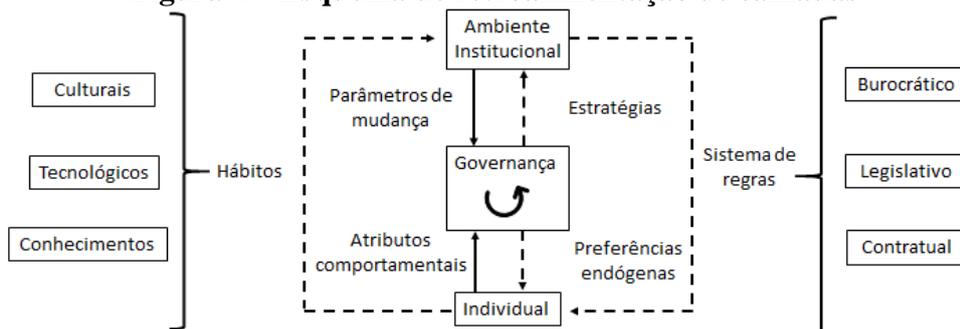
3 METODOLOGIA

A presente pesquisa é guiada por um estudo qualitativo básico, cujo objetivo é o de analisar os elementos institucionais no projeto “pavimentação da rodovia RO-370”, com intuito de compreender a partir da percepção dos envolvidos e dos documentos obtidos, o ambiente institucional onde foi concebido o projeto. Conforme Merriam e Tisdell (2016) elucidam, os pesquisadores que adotam o estudo qualitativo básico, estão interessados em compreender como as pessoas envolvidas interpretam as experiências vividas, como elas constroem o seu mundo e por fim, qual a significância atribuída as experiências vivenciadas junto ao fenômeno pesquisado. Assim, o estudo foi realizado em duas etapas, a primeira consiste em entrevistas em profundidade, em que foram escolhidos dois engenheiros com experiência em elaboração e execução de projetos semelhantes ao analisado neste estudo, e que estiveram envolvidos desde o início da elaboração do projeto de pavimentação da rodovia RO-370, além de terem pertencido à organizações que compunham a governança do programa PIDISE. A partir das informações obtidas nas entrevistas, foram realizadas comparações com as informações obtidas nos relatórios da COBRAPE (2017, 2018a e 2018b), com intuito de dar melhor sustentação para os resultados desse estudo.

Para a segunda etapa, foi elaborado um esquema denominado de retroalimentação de camadas, baseado no modelo de três camadas formulado originalmente por Williamson (1993), acrescido da abordagem utilizada pela economia institucional contemporânea de Hodgson (2002; 2011), Chang e Evans (2000) e Chang (2006), além de adaptações para a realidade analisada. A figura 4 ilustra o mencionado esquema.

Enquanto o esquema proposto por Williamson (1993) aborda a preocupação principal da economia dos custos de transação com a governança das relações contratuais, o esquema proposto neste estudo foca no ambiente institucional em que um projeto é concebido, visto que ele é primordial para que se haja a elaboração e execução do projeto.

Figura 4 – Esquema de retroalimentação de camadas



Fonte: elaborado a partir de Williamson (1993), Hodgson (2002 e 2011), Chang e Evans (2000) e Chang (2006), Mantzavinos, North e Shariq (2004).

Esse esquema foi elaborado a partir do proposto por Williamson (1993) e sua primeira parte está explicada no referencial teórico deste estudo. Com intuito de sanar as demandas dessa pesquisa, foram realizadas adaptações ao esquema: i) a governança é composta pelas organizações componentes da governança do programa PIDISE, são elas, a empresa COBRAPE (órgão consultor), o Governo do Estado de Rondônia (órgão contratante) e o BNDES (órgão financiador) (DOE, 2016); ii) a influência do ambiente institucional sobre os indivíduos é realizada por meio de um sistema de regras, embasado em Hodgson (2011), como o burocrático, legislativo e contratual; iii) a influência dos indivíduos no ambiente

institucional é efetuada por meio dos hábitos, como os culturais, tecnológicos e de conhecimento, este que segundo Mantzavinos, North e Shariq (2004) o intelectual/educacional, comercial e profissional, (CHANG, 2006).

Para a operacionalização do esquema proposto nesse estudo, foi realizada a análise do discurso em relação as entrevistas realizadas e a análise documental dos relatórios da COBRAPE (2017, 2018a e 2018b), com intuito de buscar informações a respeito dos seguintes elementos institucionais: i) relacionamento, comunicação e resolução de conflitos dos participantes na concepção do projeto (organizações e indivíduos); ii) sistema de regras, com ênfase ao aspecto burocrático, legislativo e contratual; iii) hábitos, com destaque a parte cultural, tecnológica e de conhecimentos. Após esse levantamento, foi feita a concatenação em relação ao ambiente institucional.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico, são apresentadas as análises das entrevistas e dos relatórios obtidos, em relação ao esquema de retroalimentação de camadas (figura 4) apresentado na parte metodológica desse estudo.

4.1 Relacionamento, comunicação e resolução de conflitos dos participantes na concepção do projeto

Quanto ao relacionamento, comunicação e resolução de conflitos, o entrevistado 1 observou que cada organização possuía uma forma de trabalho diferente da outra, inclusive com profissionais com interesses diferentes entre si, conseqüentemente quando não há um objetivo comum entre as organizações participantes, por mais heterogêneas que elas sejam, o projeto não atinge sua plenitude. Ele ainda ressaltou a falta de um plano de comunicação para o projeto como um todo, sem existência de uma forma de comunicação padrão entre as organizações e pessoas, a não existência de uma frequência de comunicação nem de feedbacks quanto as atividades, o que resultou em ruídos que contribuiriam para a não execução do projeto. Nas palavras do entrevistado 01 “[...] houve muitos ruídos em torno desse projeto, com várias pessoas com interesses diferentes, com formações diferentes, sem um plano de comunicação adequado, aí o ruído ficou grande demais para ser gerenciado.”

O entrevistado 2 classificou a comunicação na concepção do projeto como totalmente falha. Ele salientou que apesar das organizações deterem ferramentas para uma boa execução da comunicação entre os participantes do projeto, essas eram pouco utilizadas e conseqüentemente contribuiriam para a comunicação deficitária na concepção do projeto. Nas palavras dele “[...] pouca dinâmica, faltou gestão, faltou treinamento, eles também não se esforçavam, então é sofrível, porque a falta de comunicação é o que ocasiona vários problemas dentro da governança.”

Quanto a resolução de conflitos, o entrevistado 1 observou que apesar de cada organização e gestor realizar com características próprias, não ocorreu um monitoramento eficiente para sanar os problemas e conflitos existentes no projeto. Isso ocasionou problemas que transcenderam as esferas organizacionais e começaram a tomar proporções individuais, o que corroborou para o desvio de foco do problema e conseqüentemente do objetivo maior que era a execução do projeto. Segundo ele “[...] sem um tratamento desse conflito pelo gerente do projeto, ou diretor, ou chefe da seção, acaba virando picuinha, relacionamento acaba se tornando apenas para afetar o indivíduo por si só, e não pensando no benefício comum do projeto.”

O segundo entrevistado salientou que as tomadas de decisões e resoluções de conflitos eram realizadas de maneira individualizada, sem uma reunião entre todas as partes o que ocasionava em barreiras de comunicação e conseqüentemente na falta de engajamento por parte dos participantes, assim na demora da entrega das atividades e resultados. Nas palavras

do entrevistado “[...] não tinha o esforço de todos os envolvidos para sentar em uma mesa só, para tomar as decisões para poder chegar ao fim, ao bem comum [...]”

A COBRAPE (2017) em seu relatório cita a falta de um plano de comunicação, conforme mencionado pelos entrevistados:

Assim como mencionado em Relatórios anteriores e somado à constatação dos acessos ao Portal de Comunicação, a COBRAPE reafirma a necessidade de realizar o Plano de Comunicação específico para o Programa [...], Neste sentido, espera-se o agendamento da Reunião de Coordenação em julho de 2017, [...] para definir a melhor estratégia de comunicação [...]. (COBRAPE, 2017, p. 54).

Quadro 01. Síntese das análises sobre Relacionamento, comunicação e resolução de conflitos em relação ao ambiente institucional.

	Relacionamento, comunicação e resolução de conflitos
Ambiente institucional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ambiente com participantes que priorizavam os interesses próprios em detrimento do objetivo principal que era a entrega do projeto; ▪ Ambiente desprovido de um plano de comunicação eficaz para garantir a entrega do projeto; ▪ Ambiente desprovido de monitoramento eficaz para a resolução de conflitos; <p>Ambiente com tomadas de decisões individualizadas, em detrimento do conjunto, para a resolução de conflitos.</p>

Fonte: dados da pesquisa.

Embasado nas entrevistas e no relatório da COBRAPE (2017), percebe-se um ambiente que os indivíduos tendiam a relacionar-se em busca de sanar suas próprias demandas em detrimento do bem comum, aspecto característico do conflito de interesses destacado por Commons (2003). Williamson (1993) aborda que é preciso considerar a limitação da capacidade de assimilação humana, bem como o risco para o oportunismo, já que a natureza humana tende a priorizar seu próprio interesse. Mantzavinos, North e Shariq (2004), compreendem que o compartilhamento de conhecimento sobre faz uso de uma estrutura de comunicação, a qual se ancora nos devidos níveis de conhecimento das sociedades e por consequência, indivíduos e organizações, o que ocasionam diferentes custos de transação. Portanto, um ambiente em que não há um plano de comunicação claro e um gerenciamento eficaz, pode ser causa do surgimento de conflitos em que ocasiona em barreiras de comunicação entre os participantes do projeto, o que resulta em atividades desordenadas que não atingem o mesmo propósito. Assim, com uso do esquema de retroalimentação de camadas, presente na metodologia desse estudo, observa-se uma influência negativa dos indivíduos no ambiente institucional, bem como desse nos indivíduos.

4.2 Sistema de regras, com ênfase ao aspecto burocrático, legislativo e contratual

O entrevistado 1 inicia a abordagem desse elemento com elogios aos aspectos burocrático, legislativo e contratual, especificamente à ideia da divisão da rodovia em lotes, o que inicialmente facilitaria a licitação do projeto, a execução, a fiscalização e a medição da obra. No entanto, enfatiza que a execução de um projeto de grande porte envolve trâmites trabalhosos, como emissão de documentos de viabilidade econômico-financeira, estudos de impactos ambientais, licenças ambientais, documentos de regularização fundiária, projetos de engenharia entre outros, que relacionam muitos órgãos, sejam eles da esfera pública ou privada. Assim, para que houvesse o sucesso nas atividades mencionadas, deveria ocorrer um gerenciamento eficaz por parte das organizações envolvidas, principalmente do contratante, o que não ocorreu. Segundo o entrevistado isso se deve à falta de organização das atividades,

em que os participantes do projeto não as entendiam como interdependentes e necessárias para o cumprimento do cronograma e conseqüentemente da execução do projeto, nas palavras dele “as atividades eram desordenadas, cada um corria atrás do que queria, a hora que queria, como queria e no próprio prazo, não levava em conta a relação ou interdependência das atividades, no cronograma de um escopo para poder chegar na finalidade do projeto [...]”.

O segundo entrevistado corrobora com o primeiro, ao argumentar que a dificuldade na concepção do projeto se deveu principalmente aos entraves da administração pública, visto que um empreendimento de tamanho volume financeiro envolve várias etapas para a sua realização, tais como aprovações legais por parte de órgãos como a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, visto que a obra passava por territórios indígenas, aprovações jurídico-financeiras por parte do órgão financiador, aprovação do corpo técnico de engenharia sobre os estudos de origem e destino, bem como de projetos básicos e executivos da obra, atenção quanto ao cronograma político, visto que em período eleitoral as regras de licitação são alteradas, entre outros. Portanto, se não ocorrer prioridade por parte dos gestores, principalmente pelo contratante, as etapas se tornam entraves e ocasionam na paralisação do projeto e conseqüentemente podem levar ao insucesso de sua execução. Nas palavras do entrevistado “[...] um programa desse, por ser grande financeiramente, envolve vários eixos, o socioambiental, o econômico, o de engenharia, então ele demora muito e vai se criando muitos entraves, é o problema da administração pública.”. Ele ainda salienta “[...] o projeto quando é muito grande sofre muito questionamento, válidos vale se dizer, ele faz com que o processo seja demorado e vão paralisando, se não tiver foco, se não tiver bem alinhado todas as partes da governança, ele não sai do papel.”.

O relatório da COBRAPE (2018b) reforça as falas dos entrevistados, ao realizar a seguinte análise:

[...] os resultados até aqui apresentados demonstram que o esforço empreendido está aquém das expectativas e metas estabelecidas. Isto se deve muito à burocracia governamental, morosidade na elaboração e análise das peças técnicas que compõem os processos licitatórios (Termo de Referência, montagem no processo administrativo e elaboração e publicação dos Editais de licitação) [...]. (COBRAPE, 2018b, p. 59).

Quadro 02. Síntese do sistema de regras, com ênfase ao aspecto burocrático, legislativo e contratual em relação ao ambiente institucional.

	Sistema de regras, com ênfase ao aspecto burocrático, legislativo e contratual
Ambiente Institucional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ambiente caracterizado pela falta de prioridade nas atividades fundamentais para o cumprimento das etapas e conseqüentemente entrega do projeto; ▪ Ambiente composto por organizações desalinhadas entre si, em relação ao cumprimento de prazos a fim de evitar a paralisação do projeto; ▪ Ambiente composto por participantes cujos esforços estavam aquém do necessário para o cumprimento das metas.

Fonte: dados da pesquisa.

Neste elemento, ocorreram as principais críticas em relação a ambiente institucional do projeto. Apesar do intuito de agilidade no processo licitatório por parte de alguns stakeholders, os aspectos burocráticos, legislativos e contratuais impactaram de forma negativa para o sucesso de execução do projeto. Isso pode ser exemplificado pelo modo de planejamento das licitações da rodovia, a qual fora dividida em trechos por quilômetros, o que

seria uma vantagem no processo de contratação e execução da obra, mas que teria problemas nas qualidades da entrega entre diferentes empresas, mesmo que as exigências estivessem apontadas na licitação. Segundo os entrevistados, essas falhas ocorreram devido falta de gestão eficiente no gerenciamento de contratos realizados pela governança do programa, bem como a grande burocracia do setor público estadual, isso fica evidenciado no relatório da COBRAPE (2018b). Assim, existe a percepção de uma falha na busca da eficiência contratual, conforme defendido por Schmidt (2017).

Conforme Mantzavinos, North e Shariq (2004), são nas diferenças e dificuldades que se faz necessária a participação das instituições, justamente por ser ela a responsável por coordenar as atividades e conhecimento dos envolvidos seja na sociedade ou em um ambiente institucional. Brousseau, Glachant (2004) salientam a respeito da abordagem de Williamson (1993) em que os atributos fundamentais da governança são justamente a intensidade de incentivos, os controles administrativos e as leis aplicáveis aos contratos. No caso do objeto desse estudo, percebe-se que não ocorreu a participação eficaz das instituições, tão pouco da governança do projeto. Por meio do esquema de retroalimentação de camadas, observa-se um impacto negativo significativo do sistema de regras, que se origina do ambiente institucional e influencia os indivíduos, bem como uma fraca relação entre a governança e o ambiente institucional e os indivíduos.

4.3 Hábitos, com destaque a parte cultural, tecnológica e de conhecimentos

Para este elemento, o entrevistado 1 enfatizou que as questões tecnológicas e de conhecimentos não foram primordiais para a não execução do projeto, visto que as organizações possuíam capital humano com experiência profissional e grau de escolaridade satisfatório em relação às necessidades do projeto, além de terem acesso às ferramentas tecnológicas para a entrega de seus produtos. Entretanto, ele ressalta que apenas a capacidade profissional e tecnológica não são o suficiente para o sucesso do projeto, deve-se haver um compartilhamento de informações e multidisciplinaridade entre os envolvidos, assim afirma “Não havia um alinhamento técnico e tecnológico entre os participantes do projeto, os corpos técnicos do governo, consultoria, empreiteiras e órgão financiador são muito diferentes [...]”. Quanto a parte cultural, o entrevistado 1 acredita que ela afetou a execução do projeto, em suas palavras “[...] desde a infância nós não temos a cultura de organização em si, de gestão do nosso tempo, de dar retorno de atividades, essa cultura vai sendo levada até a fase adulta e isso impede que se adeque ao correto gerenciamento, nem falta de conhecimento técnico, mas sim cultural [...]”.

O entrevistado 2, corrobora com o primeiro entrevistado, ao afirmar que os envolvidos com o projeto tinham toda a capacidade técnica e tecnológica, bem como as informações necessárias para a realização de suas entregas, entretanto a falta de gestão entre esses atores colaborou com a não execução do projeto. Ele salienta que a falta de dimensionamento da magnitude do projeto por parte dos envolvidos, fez com que ele fosse tratado da mesma maneira que outros projetos menos complexos, as atividades eram realizadas da maneira habitual, sem a contextualização da complexidade que o projeto demandava, o que impactou na sua execução. Nas palavras desse entrevistado “[...] o maior projeto que tinha dentro do programa foi tratado como qualquer um, entendo eu que que as pessoas que estavam acompanhando o programa não deram o destaque porque não entendiam a dimensão do programa [...]”. O entrevistado ainda ressalta “[...] têm pessoas que não acompanharam a modernidade, [...] eles não se esforçavam, possuíam um meio deles trabalharem e nesse meio acreditavam que tinha de ser apenas do jeito deles, aquela ‘aprendi desse jeito, fiz desse jeito, vou fazer desse jeito’, mas o mundo mudou.”.

Quadro 03. Hábitos, com destaque a parte de conhecimentos, cultural e tecnológica

	Hábitos, com destaque a parte de conhecimentos, cultural e tecnológica
Ambiente Institucional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ambiente composto por capital humano capacitado e com ferramentas tecnológicas suficientes para as demandas do projeto; ▪ Ambiente caracterizado pelo desalinhamento técnico e tecnológico entre as organizações participantes; ▪ Ambiente influenciado por hábitos e cultura intrínsecos aos indivíduos participantes do projeto.

Fonte: dados da pesquisa.

Embora Mantzavinos, North e Shariq (2004) salientem a necessidade da evolução dos modelos mentais compartilhados dentro das organizações, foi observado que o ambiente institucional desse estudo, apesar de possuir qualidade técnica e educacional dos stakeholders, não possuía alinhamento técnico e tecnológico entre as organizações de governança, principalmente devido à falta de interdisciplinaridade de conhecimento a respeito do projeto. Desse modo, houve uma lacuna entre os corpos técnicos, principalmente no setor público, o que influenciou na concepção do projeto de pavimentação da rodovia RO-370.

Importante ressaltar a abordagem de Hodgson (2002 e 2011), o qual defende que os hábitos podem ser construídos por repetições mentais ou físicas, ancorados em atividades anteriores com constância ao longo do tempo. O autor se aproxima de Douglass North (1991), ao salientar que a transmissão dos hábitos e comportamentos sociais ao longo do tempo, dependem dos níveis sociais e culturais em que a sociedade está imersa. No entanto, observou-se um ambiente institucional com inexistência de uma cultura que preza pela disciplina e de hábitos que contribuiriam ao cumprimento de prazos e retornos de atividades. Por meio do esquema de retroalimentação de camadas, percebe-se que houve uma influência negativa dos indivíduos no ambiente institucional.

Por fim, Chang (2006) compreende que uma nova instituição não pode funcionar até conseguir um mínimo de legitimidade política entre os membros participantes, visto que ela apenas se fundamentará a partir do momento que haja uma ressonância na cultura e nas instituições existentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao contrário do senso comum, que leva a acreditar que a falta de dinheiro sempre é o problema para a realização de projetos no Brasil, percebe-se que para esse caso ele não influenciou na falha da execução do projeto, mas todos os outros elementos que influenciaram negativamente no ambiente institucional estudado, conforme levantado nos resultados e discussões presentes nesse estudo.

Primeiramente, contatou-se que o ambiente institucional era caracterizado por relacionamentos conflituosos, com comunicações falhas e resolução de conflitos insatisfatórias em nível de que se demandava. Observou-se que ele era formado por um sistema de regras com burocracia e legislação excessiva, que atrapalhavam o rito processual, bem como por uma gestão de contratos deficientes para o que se necessitava, o que influenciou negativamente nos participantes do projeto e conseqüentemente na execução da obra. Por fim, embora o ambiente institucional fosse composto por um nível educacional, técnico e tecnológico satisfatório, existiu uma falta de multidisciplinaridade dos envolvidos para poder sanar as demandas de um projeto de tamanha magnitude, além do fator cultural não estar em consonância às necessidades exigidas pelo projeto.

O somatório de todos os elementos institucionais abordados, caracterizou em um ambiente institucional que não era propício para a concepção de um projeto de tamanha

magnitude como o da pavimentação da rodovia RO-370, o que culminou na não execução da obra.

Destaca-se que o artigo teve algumas limitações, como o número de entrevistados e a possibilidade de estar presencialmente junto a eles, no entanto ressalta-se que este terá continuidade para aprofundamento do tema, por meio da busca de novas entrevistas e documentações.

REFERÊNCIAS

ALVESSON, M.; SPICER, A. Neo-Institutional Theory and Organization Studies: A Mid-Life Crisis?. **Organization Studies**. Vol. 40(2) 199–218, 2019.

ARAÚJO, P. F. C. de; MARQUES, R. W. C. Uma visão macroeconômica do planaflo. Anais. [s.n.]. In Dinâmicas setoriais e desenvolvimento regional; resumos. Cuiabá – MT, 2004.

BRASIL. **LEI Nº 12.379**. Diário Oficial da União (DOU). Brasília – DF, 7 de janeiro de 2011.

BROUSSEAU, E.; GLACHANT, J-M. **The economics of Contracts Theory And Applications**. Cambridge University Press, 2004.

CARVALHO, O. M. de, Nova economia institucional e sua aplicação aos sistemas agroflorestais utilizando a matriz estrutural prospectiva, Unir, Porto Velho – RO, 2008.

CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M.; SILVA, S. M. G. A trajetória conservadora da teoria institucional. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**. Vol. 10, No.especial, p.469 – 496, dez. 2012.

CAVALCANTE, M. C., a economia institucional e as três Dimensões das instituições, Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro – RJ, 2014.

CHANG, H-J. La relación entre las Instituciones y el desarrollo económico. Problemas teóricos claves. **Revista de Economía Institucional**, vol. 8, n.º 14, 2006.

CHANG, H-J; EVANS, P. The Role of Institutions in Economic Change. **Meetings of the “Other Canon” group**. Venice, Italy, 13-4 January, 2000 and Oslo, Norway, 15-6 August, 2000.

CHULIÁ, S. H. La relación entre neoinstitucionalismo económico y sociológico. **Revista de Economía Institucional**, vol. 18, n.º 35, 2016.

MEDEMA, S. G. (1995) Ronald Coase on Economics and Economic Method. **History of Economics Review**, 24:1, 1-22. 2016.

COBRAPE. Relatório de Encerramento de Contrato. Porto Velho – RO, 2018a.

COBRAPE. Relatório Mensal de Progresso – 14. Porto Velho – RO, 2017.

COBRAPE. Relatório Mensal de Progresso – 26. Porto Velho – RO, 2018b.

COMMONS, J. R. Clásicos – Economía institucional. **Revista de Economía Institucional**, vol. 5, nº 8, 2003.

COOPERATIVA MILÊNIO. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Vale do Jamary / RO. Porto Velho – RO, 2006.

COSTA, E. J. M. da, A Teoria das Instituições e da Mudança Institucional de Douglass North: Cultura, Estado e Trajetória Dependente, **XLIII Encontro da ANPAD – EnANPAD**, São Paulo – SP, 2019.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. A Gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **RAE-Clássicos**, 2005.

DOWLING, J; PFEFFER, J. Organizational Legitimacy. **Pacific Sociological Review**, 1975.

GALA, P. A Retórica na Economia Institucional de Douglass North, **REP**, vol. 23, São Paulo, 2003.

GARCIA, R. A. C.; SALGADO, P. M. Presencia de las instituciones en los enfoques del institucionalismo económico: convergencias y divergencias. **CS**, n. 8, p. 83-107, Cali, Dec. 2011.

GARNICA, A. G.; IBARRA, E. L. T. Teoría de la empresa: las propuestas de Coase, Alchian y Demsetz, Williamson, Penrose y Nooteboom. **Econ: teor. práct**, México, n. 36, p. 9-42, jun, 2012.

GUEDES, S. Lei e ordem econômica no pensamento de John R. Commons **Revista de Economia Política**, vol 33, nº 2 (131), pp 281-297, abril-junho/2013

HODGONS, G. M. ¿Qué son las instituciones? **CS** nº 8, Colômbia, 2011.

HODGONS, G. M. The Evolution of Institutions: An Agenda for Future Theoretical Research. **Constitutional Political Economy** nº 13, 2002.

IBGE, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio> Acesso em: 23/06/2020.

MEDEMA, S. G. Medema. Ronald Coase on Economics and Economic Method. **History of Economics Review**, 24:1, 1995.

MERRIAM, S. B.; TISDELL, E. J. **Qualitative research: a guide to design and implementation**. Jossey-Bass, Fourth edition. San Francisco, 2016.

MEYER, J.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: Formal structure as myth and ceremony, **American Journal of Sociology**. Vol. 83, pp. 340-363, 1977

MITCHELL, W. The rationality of economic activity: I. **The Journal of Political Economy**, v. 18, n. 2, p. 97-113, fev. 1910

NORTH, D. C. Institutions. **The Journal of Economic Perspectives**, Vol. 5, No. 1, 1991.

NORTH, D. C.; MANTZAVINOS, C.; SHARIQ, S. Learning, institutions, and economic performance. **Perspectives on politics**, 2004.

NEE, V.; SWEDBERG, R. **Economic sociology and new institutional economics**, C. MÉNARD; M. M. SHIRLEY, eds., Handbook of new institutional economics, Dordrecht, Springer, 2008, pp. 789-818.

NEE, V. The New Institutionalism in Economics and Sociology, **Center for the study of Economy & Society**, Ithaca, 2003.

NETO, A. N. **As migrações e o crescimento econômico do estado de Rondônia (1970 a 2010)**. Tese (Doutorado Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2018.

RONDÔNIA. **Decreto Estadual 22.474**. Porto Velho – RO, 14 de dezembro de 2017.

RONDÔNIA. **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/SEPOG/PIDISE** – 2016, Diário Oficial do Estado (DOE) Nº 237. Porto Velho – RO, 21 de dezembro de 2016.

RONDÔNIA. **LEI N. 2.684**. Diário Oficial do Estado (DOE) Nº 1920, Porto Velho – RO, 17 de fevereiro de 2012.

RONDÔNIA. **Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia**. Porto Velho – RO, 1989.

RONDÔNIA. **Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia**, Porto Velho – RO, Nov-2015.

RONDÔNIA. **Programa Integrado de Desenvolvimento e Inclusão Socioeconômica do Estado de Rondônia**. Porto Velho – RO, 2011.

RUTHERFORD, M. Thorstein Veblen and the process of institutional change. **History of Political Economy**, v. 16, n. 3, p. 331-348, 1984

SAUNDERS, M.; LEWIS, P.; THORNHILL, A. **Research Methods for Business Students**. Pearson Education Limited. Seventh edition. England, 2016.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPOG) – Identificação de Intervenção/Solicitação de Autorização. Porto Velho – RO, 2017.

SCHMIDT, K. M. Contributions of Oliver Hart and Bengt Holmstrom to Contract Theory. **Scand. J. of Economics**. 119(3), 489–511, 2017.

WILLIAMSON, O. E. Transaction Cost Economics and Organization Theory. **Industrial and Corporate Change** · January 1993.